

Ricardo Melo: “Quero evitar o desmonte da EBC”

Alvo de ofensiva do governo Temer, jornalista promete manter a luta para seguir no comando da Empresa Brasil de Comunicação

[\(CartaCapital, 19/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Quando recebeu CartaCapital para esta entrevista, na quarta-feira 7, Ricardo Melo ainda era presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Naquele momento, Melo ainda contava com o respaldo do Supremo Tribunal Federal na batalha jurídica que travava com o governo Michel Temer.

No dia seguinte, entretanto, o ministro José Antonio Dias Toffoli mudou seu entendimento sobre o caso e confirmou a remoção de Melo. Toffoli argumentou que demissão poderia ocorrer diante da edição da Medida Provisória 744 por Temer, que alterou a estrutura da EBC.

O jornalista promete seguir com a disputa judicial e, em nota divulgada na segunda-feira 12, afirmou que entende permanecer “no comando da EBC até que seja formal e regularmente exonerado pelo Presidente da República”.

Com passagens pelas principais redações do País, Melo luta na Justiça para continuar no cargo para o qual foi nomeado pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em maio deste ano. Mais importante ainda do que o cargo, afirma Melo, foi a extinção do Conselho Curador da EBC, feita a por Temer na MP 744.

Para o jornalista, a canetada de Temer representa o fim da independência da emissora estatal. Isso em um País em que a imprensa está nas mãos de algumas poucas famílias que ditam um “monopólio de opinião”. “Meu papel institucional é importante neste momento: evitar o desmonte da EBC”.

CartaCapital: *Como o senhor avalia a extinção do Conselho Curador da EBC?*

Ricardo Melo: A Medida Provisória praticamente fere de morte a tevê pública. A EBC foi criada, em 2008, com o objetivo de fazer cumprir a Constituição. E esta prevê a complementaridade entre comunicação pública, privada e estatal. A que serve a comunicação pública? A comunicação pública serve a interesses que o mercado não atende. A comunicação do mercado é aquela que rende dinheiro: publicidade, retorno, ibope. E a comunicação pública responde justamente a interesses que não são cobertos por essa gama do mercado.

O objetivo da comunicação pública é dar voz a quem não tem voz. A EBC não foi uma ideia que saiu da cartola, foi feita com base em exemplos de outros países. A BBC é o exemplo mais comentado porque tem quase 100 anos, mas há a NHK (Japão), a RAI (Itália), RPT (Portugal).

Agora para manter esse modelo de independência editorial, você precisa ter mecanismos. Um desses instrumentos era o Conselho Curador, composto de representantes indígenas, negros, jovens, sindicalistas, LGBT. Ou seja, o conselho procura ser um espelho da sociedade. A dissolução do Conselho Curador é um ataque frontal à proposta de ser um veículo de comunicação pública. O objetivo é acabar com esse viés social e público da emissora.

CC: *O governo Temer tem falado em aparelhamento da EBC para justificar sua exoneração e a extinção do Conselho Curador.*

RM: A MP é o contrário do desaparelhamento. A medida aparelha completamente a EBC. Hoje, 95% dos funcionários são concursados. Como é que você aparelha uma empresa dessa? É uma bobagem completa. Eu, por exemplo, vim para EBC em agosto do ano passado como diretor de jornalismo. Eu nunca recebi um telefone do ministro da Secom [Edinho Silva], do Américo [Martins], que era presidente da EBC, ou da presidenta da República, a qual eu não conheço. Não conheço a Dilma, nunca vi.

Tudo que foi feito foi da minha cabeça e do Conselho Curador. Sempre respondi ao Conselho Curador, então esse negócio de aparelhamento é uma bobagem completa. Na época que a Lava Jato estava no auge, nunca deixei de dar uma matéria sobre isso. Nunca deixei de dar uma notícia sobre a Operação Lava Jato. Inclusive casos relativos a Edinho Silva, ex-ministro da

Secom, a Dilma Rousseff, ao Lula. O que ocorreu é que muitas das pessoas convidadas não apareciam nos nossos programas. Convidamos o Aécio Neves, o José Serra, o próprio Michel Temer, e eles nunca quiserem, talvez para não legitimar a TV Brasil. A gente nunca teve um viés.

CC: *Integrantes do governo Temer também falam em má gestão para justificar a troca de comando da EBC. Qual é a situação da estatal do ponto de vista econômico?*

RM: Como é uma empresa que foi concebida como uma empresa pública, ela não pode ser independente do governo. Então, junto com a lei de criação da EBC, foi criada uma contribuição para a comunicação pública, que não foi uma CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras] nem nada. Simplesmente foi uma realocação de arrecadação do Fistel [Fundo de Fiscalização das Telecomunicações], que é um fundo pago pelas empresas de telecomunicação. Mas as operadoras que deveriam pagar essa contribuição entraram na Justiça, em 2008, contestando esse pagamento.

Desde então, essa contribuição tem sido depositada judicialmente. Então a EBC tem 2 bilhões de reais detidos, à espera de uma decisão sobre o destino da contribuição. Na primeira instância, ganhamos em duas questões: no mérito, se o fundo pode ser cobrado, e sobre a liberação dos recursos para a EBC. Agora isso está em segunda instância. Agora você sabe como o Judiciário demora para resolver. Pode demorar um ano, dois, dez anos.

Afora isso, algumas operadoras voltaram a depositar esse dinheiro. A TIM, por exemplo, desistiu de recorrer e voltou a depositar normal. Essa parcela já representa 800 milhões de reais. Mas como não está regulamentado, esse dinheiro é retido pelo governo para fazer superávit primeiro. Então, na verdade, o nosso [da EBC] superávit é de 2,8 bilhões de reais. E esse ano nós estamos prevendo um déficit de 30 milhões em função da manutenção do serviço mínimo da empresa.

A EBC não é só a TV Brasil, é uma rede de rádios, NBR e Agência Brasil, que fornecem conteúdo para agências do Brasil inteiro. Então o fato é que nós não temos déficit. Bastava uma canetada para esse dinheiro ser transferido. E isso não é esse governo, o governo anterior também já fazia isso. Então,

essa história de déficit de 30 milhões de reais é uma bobagem. É como dever 30 mil reais e ter patrimônio de 2 bilhões de reais. Perto do que está sendo liberado para outras coisas, pelo atual governo, isso não quer dizer nada.

CC: *O que pode e pretende fazer pelo seu mandato?*

RM: Tenho de seguir o que a lei diz. Sou contra essa MP, mas não posso transformar a EBC num *bunker* para derrubá-la. Sempre que for convidado, vou falar que essa MP é um ataque frontal à comunicação pública. Agora, na posição institucional de presidente da EBC, não posso reconvocar o conselho. Estou numa situação difícil. Tenho o Conselho de Administração comandado por pessoas nomeadas pelo Temer. Mas queria destacar que minha convivência com as pessoas têm sido da mais absoluta civilidade.

Eu não transformei a EBC em aqueles que são a favor do Temer e aqueles que são contra o Temer. Eu trabalho lá como um executivo, mas com convicções: em defesa da comunicação pública. Posso ser voto vencido várias vezes, todo mundo vai saber disso. Mas eu acho que estar lá nesse momento é um símbolo da defesa da comunicação pública. Meu papel institucional é importante neste momento: evitar o desmonte da EBC, sem desrespeitar a legalidade.

CC: *Como o senhor avalia as medidas que foram tomadas pelo jornalista Laerte Rimoli no primeiro período em que ele assumiu seu cargo?*

RM: Eu achei um absurdo terem cancelados os contratos de jornalistas, achei uma perseguição. Isso foi um aparelhamento. As pessoas foram demitidas sem nenhum motivo profissional. Eram pessoas que sempre trabalharam em grandes empresas, então foi uma medida de uma brutalidade absurda. Eu fui exonerado [na primeira vez] e nunca ninguém me ligou. Fiquei sabendo pelo *Diário Oficial*.

Tomaram posse clandestinamente. Às 8h da manhã, montaram uma cerimônia de posse. Uma falta de civilidade, de convívio democrático absurda. Quando eu voltei, eu poderia ter anulado todos os atos deles. Mas eu não fiz isso. Pelo contrário, aliás, vários diretores indicados por ele vieram me pedir para indicar pessoas e eu nunca fiz nenhuma restrição.

CC: *Sobre a primeira gestão de Rimoli, os funcionários da EBC citam abusos como um suposto caso de censura em uma matéria que teria sido publicada pela Agência Brasil. O senhor tem conhecimento desse episódio?*

RM: O episódio aconteceu quando eu estava fora. Eu acho errado retirar notícias. Isso é uma conduta errada e que não contaria, de maneira nenhuma, com a minha orientação. E realmente parece que houve isso. Acho que foi um erro. E se é um tipo de censura? Claro que é. Mas como eu não acompanhei o episódio...sob minha administração, isso não vai acontecer.

CC: *O senhor acredita que esse episódio de censura pode ser um sinal do que deve ser a EBC na gestão do governo Temer?*

RM: Sim. Acho porque a MP como ela está montada transforma a EBC em uma agência do governo. Nomeia todo mundo, tira todo mundo. Então a Medida Provisória coloca em risco a autonomia que a EBC deve ter. Tem duas coisas que garantem a autonomia: a manutenção do Conselho Curador e o financiamento. Sem isso, a EBC vai viver sempre ao sabor do governo de plantão

CC: *O senhor conversou com Temer desde o início dessa disputa?*

RM: O único com quem me encontrei foi Eliseu Padilha, ministro-chefe da Casa Civil, quando fui reconduzido ao cargo pelo STF. Ele falou que a presidência da EBC era um cargo estratégico para o governo e perguntou minha opinião. Eu falei: “Posso conversar com o senhor, ministro, em 2020. Meu mandato é de quatro anos”. Ele me tratou muito bem, falou que entendia minha oposição e disse que continuaria a tentar mudar o presidente. Eu disse: “Ministro, vou continuar lutando pelo mandato”, fruto de uma lei aprovada pelo Congresso, inclusive com o voto do Temer.

Comissão para analisar MP que extingue conselho da EBC será instalada hoje

Será instalada nesta quarta-feira (14) a Comissão Mista sobre a MP 744/16, que altera a lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A MP institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e o autoriza a constituir a EBC.

[\(Câmara Notícias, 14/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Entre as alterações definidas na medida provisória está a extinção do Conselho Curador - órgão que tinha 22 membros, incluindo representantes da sociedade civil, cujo papel era “zelar pelos princípios e autonomia da EBC”.

Na ocasião, deverão ser eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, além de escolhido o relator.

A reunião será realizada no plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado, às 10 horas.

Conselho de Comunicação é contrário à MP que modifica direção da EBC

Na segunda parte da reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, nesta segunda-feira (12), os conselheiros decidiram, por

cinco votos a quatro, manifestar-se contrariamente à Medida Provisória 744/2016, que modifica a direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). De acordo com o presidente do conselho, Miguel Ângelo Cançado, as mudanças causaram desconforto na maioria dos conselheiros. O órgão também decidiu organizar um seminário sobre a crise econômica no setor de Comunicação Social. Detalhes na reportagem de Carlos Penna Brescianini, da [Rádio Senado](#).

Ouçã o áudio da matéria aqui: [Conselho de Comunicação é contrário à MP que modifica direção da EBC](#)

[\(Agência Senado, 12/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Toffoli revoga liminar que mantinha Ricardo Melo na presidência da EBC

Ricardo Melo foi demitido apesar de ter mandato de quatro anos em vigor. Governo modificou nesta sexta, por meio de uma MP, a lei que criou a EBC.

[\(G1, 08/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou a própria liminar que manteve Ricardo Melo no cargo de presidente da EBC, empresa de comunicação do governo federal. Toffoli considerou que houve perda do objeto, ou seja, que não há mais razão para o processo depois que uma medida provisória alterou a estrutura da empresa.

Em maio, Ricardo Melo foi exonerado por Michel Temer, que comandava a Presidência da República interinamente depois do afastamento da presidente

Dilma Rousseff. Toffoli determinou o retorno do jornalista à empresa com base na lei em vigor, que previa mandato de quatro anos sem possibilidade de substituição.

Na última sexta-feira (2), uma medida provisória alterou o regime jurídico da EBC e Ricardo Melo foi exonerado. A medida estabelece que o presidente da EBC pode ser nomeado e exonerado pelo presidente da República a qualquer momento.

Antes, a lei que criou a EBC dizia que o presidente da emissora, após nomeado, tinha mandato de quatro anos e só poderia ser destituído “nas hipóteses legais ou se receberem dois votos de desconfiança do Conselho Curador”. Esse trecho foi retirado da lei por meio da MP.

No mesmo dia da edição da MP, o jornalista informou ao Supremo que foi editada medida provisória, segundo ele de modo abusivo, arbitrário e ilegal, para alterar a estrutura da empresa. Conforme o documento, houve desvio de finalidade na medida provisória porque a intenção foi apenas atingir o jornalista e retirar-lhe um direito.

O governo acabou voltando atrás, ainda na sexta-feira, e o manteve na empresa. Agora, com a decisão do ministro Dias Toffoli, não existe mais garantia para que Ricardo Melo fique no cargo. e o governo poderá exonerar o jornalista.

Mariana Oliveira

O que muda na comunicação público-estatal com Temer na

Presidência

Medida extingue pequena autonomia que a empresa tinha em relação ao Planalto; para ex-presidente da Radiobrás, mudança não tem grande efeito prático, mas indica revés para a comunicação pública

[\(Nexo, 04/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

No dia seguinte ao ser confirmado no cargo de presidente da República, Michel Temer editou uma medida provisória para alterar a estrutura da EBC (Empresa Brasil de Comunicação). A mudança extinguiu a pequena autonomia que a empresa tinha em relação ao Palácio do Planalto.

O conselho curador, composto por 22 membros, dos quais 15 da sociedade civil, responsável por deliberar sobre a linha editorial da empresa, foi extinto. E o cargo de diretor-presidente da EBC não tem mais mandato de quatro anos — pode ser nomeado ou exonerado a qualquer momento pelo presidente da República.

A EBC foi criada em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para prestar serviços de comunicação pública. Ela englobou a antiga Radiobrás, a agência de notícias Agência Brasil, a TVE do Rio de Janeiro, oito emissoras de rádio AM e FM e a então recém-fundada TV Brasil. A EBC, contudo, nunca alcançou o objetivo de ser uma “BBC brasileira”, desvinculada do governo de ocasião.

A Constituição Federal estabelece, no seu artigo 223, que o serviço de radiodifusão (rádio e televisão) deve ser provido de forma complementar pelos sistemas privado, estatal e público. Entenda a diferença entre os três:

Sistemas de radiodifusão

PRIVADO

São os canais comerciais, como Globo e Record, na televisão, e CBN e Jovem Pan, no rádio, que têm como objetivo o lucro. Essas emissoras ganham concessões da União para utilizar, durante um período determinado, parte do espectro eletromagnético (o espaço por onde transitam as ondas que

transmitem sons, imagens e dados) para veicular programas e publicidade.

ESTATAL

São canais destinados a servir de veículo oficial de poderes constituídos. A NBR é a emissora de televisão do governo federal, por exemplo. Ela tem o objetivo de divulgar as ações do Palácio do Planalto. A TV Justiça também é uma emissora estatal, vinculada ao Supremo Tribunal Federal, assim como a TV Câmara e a TV Senado.

PÚBLICO

São emissoras vinculadas ao poder público, mas não estão subordinadas ao governante nem têm como objetivo divulgar ações oficiais. Seu propósito é informar a população e apresentar uma programação de qualidade, que estimule a difusão cultural e a formação crítica da população, sem a necessidade de alcançar o lucro. No mundo, o melhor exemplo de empresa pública de comunicação é a BBC, financiada com dinheiro de impostos pagos pelos britânicos, mas não subordinada ao governo local.

A EBC entre o estatal e o público

A Radiobrás, antecessora da EBC, foi criada em 1975 como uma empresa de comunicação estatal, quando o país era submetido a um regime militar, presidido pelo general Ernesto Geisel. A Radiobrás era a responsável por divulgar as ações do governo e produzir a Voz do Brasil, transmitida obrigatoriamente pelas rádios do país.

Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou o jornalista Eugênio Bucci para presidir a Radiobrás. Um dos seus objetivos foi transformar a agência de notícias da Radiobrás, chamada Agência Brasil, em um veículo mais próximo da comunicação pública do que da comunicação estatal. Houve resistência de setores do próprio governo, que entendiam que a Agência Brasil deveria servir aos interesses do Planalto.

Quatro anos depois, já no segundo mandato Lula, foi criada a EBC. A ambição inicial da nova empresa era ser uma BBC brasileira, para “criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas”. Seu modelo

jurídico, contudo, a deixou ligada ao Palácio do Planalto, como uma emissora estatal.

A companhia foi vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O diretor-presidente, o diretor-geral e os membros do Conselho de Administração são indicados pelo presidente da República. Em junho, o atual ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, afirmou ao jornal “O Globo” que a EBC se tornara um “cabide de emprego” e “foco de militância” do PT.

Havia dois mecanismos que tentavam dar um pouco de independência à EBC em relação ao governo: o diretor-presidente tinha um mandato de quatro anos e a empresa contava com um conselho curador, a quem cabia deliberar sobre a linha editorial, composto por 22 membros, dos quais 15 da sociedade civil — todos nomeados pelo presidente da República.

Na medida provisória publicada nesta sexta-feira (2), o presidente Michel Temer extingue o conselho curador da EBC e o mandato de quatro anos do diretor-presidente. A empresa também deixa de ser vinculada à Secretaria de Comunicação e passa a se subordinar à Casa Civil. O dispositivo já entrou em vigor, mas precisa ser aprovado pelo Congresso em até 120 dias — caso contrário, expira e deixa de produzir efeito.

‘Marcha à ré’

Eugênio Bucci, presidente da Radiobrás de 2003 a 2007, afirmou ao Nexo que a medida provisória sobre a EBC não representa uma mudança “tão grande” no modelo da empresa, mas indica um retrocesso na tentativa de construir uma empresa de comunicação pública. “É uma inversão de sentido. A coisa estava indo para um lado, e agora vai de marcha à ré. Recupera traços estruturais da velha Radiobrás”, diz.

Ele ressalta que o governo de Lula e Dilma também “compreendeu muito mal” o que era necessário para construir uma emissora pública. Para Bucci, as mudanças introduzidas por Temer farão com que a EBC siga enquadrada como uma empresa de comunicação estatal. “Eu diria que [agora] ela fará uma cobertura chapa branca mais ‘old fashioned’, com cara dos anos 50.

Continuará o vetor político, mas com uma plástica mais antigona”, diz.

A ONG Artigo 19, que atua na área de liberdade de expressão e acesso à informação, divulgou nota contra as mudanças. Para a entidade, a medida provisória “afronta os princípios democráticos do pluralismo e da diversidade na mídia”. A associação Intervezes, que defende o direito à comunicação, também se manifestou contra a iniciativa de Temer e pediu a revogação da medida provisória.

Quem preside a EBC

O comando da EBC já havia sido alvo de polêmica em maio, no início do governo Temer, ainda na interinidade. O peemedebista demitiu o então presidente da empresa, Ricardo Melo, e nomeou Laerte Rimoli para a função, apesar de a lei garantir um mandato de quatro anos para esse cargo. O episódio foi levado ao Supremo Tribunal Federal, que, em decisão liminar (provisória), restituiu Melo ao cargo.

Nesta sexta-feira (2), um ato publicado pela manhã no Diário Oficial nomeava novamente Laerte Rimoli para o cargo. À tarde, contudo, o governo tornou sem efeito a nomeação, mantendo Melo no comando da EBC, até que o Supremo se manifeste sobre o tema.

EBC em números

A empresa tem 1.605 funcionários na produção de conteúdo e de programação e outros 995 atuando em outras áreas. A sede fica em Brasília e há sucursais em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA) e Tabatinga (AM).

O Orçamento de 2015 destinou R\$ 732 milhões para a EBC, dos quais R\$ 575 milhões oriundos do Tesouro Nacional. Os demais R\$ 157 milhões são arrecadados pela EBC em serviços prestados, em sua maioria ao próprio governo, como clipping de notícias e transmissões para a TV estatal NBR.

As reportagens e imagens produzidas pela Agência Brasil e os áudios da Radioagência são reproduzidos em veículos de todo o país, mas a TV Brasil tem uma audiência baixa. Segundo dados do Ibope divulgados pelo portal

“UOL”, ela registrou em fevereiro 0,14 ponto do Ibope, ficando em 41º lugar na audiência.

Repúdio ao desmonte da EBC pelo governo Temer

A MP extingue o Conselho Curador da Empresa, acaba com o mandato de quatro anos do seu diretor-presidente e altera a composição do Conselho de Administração.

[\(FNDC, 02/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) vem a público manifestar seu repúdio à edição da Medida Provisória nº 744, de 2 de setembro de 2016, que altera a Lei 11.652/2008, a lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Leia mais:

[Conselho Curador da EBC divulga moção de repúdio contra desmonte \(Rede Brasil Atual, 02/09/2016\)](#)

[Governo troca comando da EBC e muda estatuto da empresa por meio de MP \(Correio Braziliense, 02/09/2016\)](#)

A MP extingue o Conselho Curador da Empresa, acaba com o mandato de quatro anos do seu diretor-presidente e altera a composição do Conselho de Administração. Trata-se de uma clara demonstração do caráter autoritário de um governo que violou a soberania popular e a Constituição para chegar ao poder e, por isso, não tem qualquer compromisso com o respeito às leis.

Acabar com o instrumento de participação da sociedade na Empresa de Comunicação Pública - que era constituído por artistas, intelectuais e representantes do movimento social brasileiro - é uma violência e mostra que

o governo golpista não pretende estabelecer qualquer diálogo com a sociedade. Aliás, em poucas horas, fica clara a prática de cerceamento à liberdade de expressão por parte da gestão Temer.

Nessa mesma data, o governo ilegítimo exonerou, mais uma vez, o diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo, e nomeou o interventor Laerte Rímoli, assessor direto do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aquele mesmo que responde como réu no Supremo, acusado de manter contas na Suíça abastecidas com dinheiro desviado da Petrobras. Com efeito, a perseguição político-ideológica e a censura jornalística serão a nova diretriz a ser imposta aos funcionários da EBC.

O FNDC - ao lado de outras entidades do movimento social brasileiro, da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, de intelectuais, artistas e todos e todas que lutam em defesa da democracia nas comunicações e no Brasil - vai buscar todos os recursos necessários, dentro e fora do país, para reverter este ataque inaceitável contra a EBC.

Não nos calaremos!

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC

A verdade sobre a EBC, por Ricardo Melo

Ricardo Melo, jornalista, é presidente da EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Na Folha, entre outras funções, foi editor de "Opinião", da "Primeira Página" e secretário- assistente de Redação

[\(Folha de S.Paulo, 29/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Talvez nunca se tenha falado tanto da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Nem mesmo quando ela foi criada, em 2008, houve tantas reportagens,

notícias falaciosas, especulações. Em tudo, sobressai a desinformação a respeito do que a empresa representa e de sua importância vital para a democracia.

A EBC não saiu da cartola de nenhum político esperto. Apenas deu vida a um preceito da Constituição de 1988, que estabeleceu três níveis de comunicação: a privada, a estatal e a pública. Sabemos que respeitar a Constituição não anda muito em moda para alguns. Incomoda. Mas para quem zela pelo Estado de Direito, é ela a lei.

Tampouco se trata de um dogma atemporal. Uma comunicação pública plural, isenta, respeitosa da diversidade, autônoma frente a governos de turno, a salvo das imposições do mercado –tudo isso caracteriza a evolução democrática de qualquer sociedade. Exemplos não faltam: a quase centenária BBC na Grã-Bretanha, a Rai na Itália, a RTP em Portugal, a PBS no EUA, a NHK no Japão, entre outros. No Brasil, esse é o papel da EBC.

Com apenas oito anos de vida, pode-se dizer que parte da missão foi cumprida. É a maior exibidora de produção nacional, assim como de programação infantil. Tem uma grade plural de programas, com atrações destinadas ao público LGBT, aos negros, aos grupos feministas, aos portadores de necessidades especiais, aos jovens, à reflexão sobre os grandes temas nacionais.

O jornalismo da EBC sempre esteve aberto a todas as opiniões, sem preconceito ou partidarismo. Não descarta o esporte nem o entretenimento. A TV Brasil será o canal aberto que dedicará o maior número de horas à Paraolimpíada.

Tente a cidadania encontrar programas semelhantes na TV privada. Tempo perdido. Motivo? O mercado publicitário não se interessa por assuntos semelhantes: “Não dão ibope”. Privilegia atrações de gosto duvidoso, mas que rendem os bônus que engordam os grupos de propaganda e a mídia tradicional, em detrimento da programação infantil, por exemplo.

Ah, a TV Brasil não dá audiência. O ibope, todavia, foi criado para orientar o segmento publicitário. Suas ponderações estatísticas partem desse preceito.

Dá mais peso a quem tem dinheiro. Não mede a audiência nas parabólicas. Reduz o peso das regiões carentes. Praticamente ignora o vasto interior do país. A depender dessa métrica torta de custo/benefício, o ibope recomendaria fechar postos de saúde, escolas e hospitais públicos.

E a EBC não é só a TV Brasil. Abriga uma cadeia radiofônica que cobre as regiões Norte, Nordeste e Amazônia, esquecidas pela grande mídia. Comporta a Agência Brasil, que fornece conteúdo gratuito e atualizado a milhões de pessoas e centenas de veículos.

Fala-se também em cabide de empregos. Tem-se aí ou ignorância ou falácia -ou ainda uma combinação perversa de ambas. Hoje a EBC tem menos funcionários do que na data de sua criação. Mais importante: em 2008, cerca de 54% dos trabalhadores eram concursados ou do quadro permanente; hoje, esse número subiu para 95%. Como se vê, um cabide do tamanho de um alfinete.

Mas quem paga essas contas? Eis a questão crucial. A lei que criou a EBC previu um financiamento autônomo, a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), a ser cobrada das operadoras de telefonia. Nada a ver com uma CPMF ou coisa parecida. Representa a realocação do que já é arrecadado para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

Por força de recursos judiciais, porém, o dinheiro está retido. Sabe a quanto já chega o valor? R\$ 2 bilhões.

Isso sem contar cerca de quase R\$ 1 bilhão já recolhido pelas operadoras que não recorreram. Só que o dinheiro está “confiscado” pelo Tesouro para engordar o superavit primário, o que obriga a EBC a viver de recursos a conta-gotas, ao sabor de conveniências de momento. E com R\$ quase 3 bilhões em caixa, repita-se! Espantoso.

Há o que mudar na EBC? Claro que há. Mas nada disso pode ser feito com medidas provisórias autoritárias e intervenções catastróficas, como a realizada para tentar cassar o mandato legítimo de seu presidente.

Isso só interessa aos inimigos da democracia, da cidadania e do direito

legítimo dos brasileiros à ampla e desimpedida liberdade de informação.

Fica a certeza, porém, de que com o apoio da sociedade, a liberação dos recursos da empresa e o comprometido corpo de funcionários, a EBC resistirá. Ela é pública. É sua.

RICARDO MELO, jornalista, é presidente da EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Na **Folha**, entre outras funções, foi editor de “Opinião”, da “Primeira Página” e secretário- assistente de Redação

Circo da Democracia debate democracia e comunicação

(FNDC, 19/08/2016) Renata Mielli, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Barão de Itararé, afirma que a possibilidade de avanço na democratização de comunicação não vai acontecer sem democracia: “A primeira vítima do golpe é a liberdade de expressão”. A afirmação foi feita durante sua participação no Circo da Democracia, na última sexta-feira (12/8), em Curitiba.



Mielli, afirmou que desde a entrada de Michel Temer na presidência interina da República, medidas de cerceamento da liberdade de expressão se multiplicam pelo país. Como exemplo disso, lembrou do caso da Virada Cultural em Minas Gerais, em que os artistas foram proibidos de fazer manifestações políticas. No mesmo evento, em São Paulo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não pôde fazer cobertura, para não dar visibilidade às manifestações contra o golpe. Além disso, Mielli fala do avanço da judicialização da censura, expressado por meio de ações judiciais contra a comunicação alternativa e blogueiros.

Para além da posição de resistência, Mielli pautou a importância de fazer proposições e buscar conquistas. “Existem contradições no seio do inimigo. Quem poderia imaginar que em 2015 o Congresso iria aprovar a Lei do Direito de Resposta?”, questiona. As eleições municipais são apresentadas como janela de oportunidades. “ Há muito que fazer, como propor leis de fomento à comunicação independente, por exemplo. É importante que a gente elabore plataformas de propostas para apresentar para os candidatos “.

A ativista também chamou atenção para o papel do Facebook, rede social que tem 3 bilhões de usuários no mundo: “Nós estamos vivendo sobre um domínio perverso de um algoritmo que nós não sabemos como funciona. É a nova ditadura da comunicação. Nós estamos que estar lá, mas com consciência do que ele significa. Nós estamos alimentando um monstro”, e aponta a necessidade de buscar alternativas e fazer o enfrentamento à lógica do Facebook.

A jornalista Ednubia Ghisi, do Brasil de Fato, falou sobre a comunicação popular, que vai além da comunicação produzida por jornalistas, citando o principal “calo” do jornalismo, que é o financiamento por meio da publicidade e dá às produções um caráter comercial. “O que marca a comunicação popular, para além do produto, é o processo pedagógico de formação e de construção”, explicou, destacando que um dos desafios da comunicação popular é não reproduzir a lógica comercial dos grandes meios.

“A comunicação deve servir para a transformação”, apontou Ghisi. Nesse sentido, mencionou os veículos que são produzidos não necessariamente por

jornalistas, mas por sujeitos que estão inseridos em processos de luta, como o caso do jornal “A Laje”, produzido pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o jornal Folha do Sabará, feito pelas associações de moradores do Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), e veículos do MST, que surgem a partir dos trabalhos realizados em assentamentos e acampamentos.

A jornalista criticou os limites da internet, que, apesar de ter trazido grande visibilidade aos meios alternativos, não pode ser o único canal pelo qual se produz comunicação popular. Prova disso, são as pessoas de regiões que não tem acesso à internet e que precisam de outras formas e ferramentas de acesso à informação. Paralelo e imbricado a esse debate, segundo ela, é preciso lutar pela democratização da mídia. Não apenas no sentido de constar o monopólio das grandes empresas nas concessões públicas da radiodifusão, por exemplo, mas também mudando os protagonistas da comunicação. “ A luta é muito maior do que pela visibilidade. Sem fazer a luta pela democratização continuaremos fazendo uma comunicação popular manca, pois não estaremos mexendo na estrutura que nos cerca”, afirmou.

Leandro Taques, dos Jornalistas Livres, que afirmou que “nesse momento de golpe, a informação e a comunicação independente, fora da mídia comercial e hegemônica, deve se fortalecer para realizar uma contrainformação”. Ele explica que o Jornalistas Livres surgiu em São Paulo, em 2015, na cobertura de uma das manifestações da direita. Desde então, o grupo vem se articulando com colaboradores e com outros veículos para produção e compartilhamento de conteúdo. Entre as possíveis formas de financiamento, Taques destacou o crowdfunding. Ele reforçou, ainda, a importância dos comunicadores estarem juntos em coberturas colaborativas para construir narrativas com destaque.

Paula Zarth Padilha, jornalista do site de notícias independente Terra Sem Males, falou sobre o projeto, que começou a ocupar um espaço que a mídia comercial não alcança, “a partir do interesse dos povos, dos movimentos sociais e também com base no jornalismo sindical”. O Terra Sem Males também funciona como impresso periódico, em que se destacam as fotografias do próprio idealizador do projeto, o fotógrafo Joka Madruga.

Paula explicou que uma das tentativas de trabalho do site é acompanhar fontes sites oficiais para buscar “assuntos escondidos” a partir de uma perspectiva dos trabalhadores. A jornalista também faz críticas à interferência editorial na produção de conteúdo e ao comportamento da grande mídia em tempos de golpe, enfatizando a necessidade de fortalecer a comunicação popular. “Não podemos dar mais espaço à mídia comercial do que ela já tem”, diz. Para ela, é preciso que pessoas também se engajem no compartilhamento dos conteúdos produzidos pelas mídias alternativas.

Direito à comunicação

O professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), José Antônio Gediel, afirma que mesmo colocado pela Constituição Federal em vários artigos, o direito à comunicação não foi efetivado. “Mais do que pensar o que fazer para não perder, é necessário trabalhar para ainda realmente garantir este direito”, observou. Para Gediel, é preciso construir uma informação livre das orientações dos oligopólios de comunicação. “Entre um gol e outro, entre uma novela e outra, o silêncio sobre a política só se coloca para dizer as verdades que estão soldadas aos interesses da grande mídia”.

O professor ainda enfatizou que é preciso ir à lei, realizar mobilizações para promover um debate público sobre o uso democrático dos meios de comunicação atrelado ao trabalho e fortalecimento dos veículos alternativos.

Rafael Vilela, do Midia Ninja, faz uma reflexão sobre o que é possível nesse momento do ponto de vista da democratização da comunicação. “O debate sobre a democratização da mídia regrediu a tal ponto que estamos debatendo hoje a liberdade de expressão”, diz, mencionando o exemplo das restrições em relação a manifestações durante as Olimpíadas. “Talvez não seja hora de aprofundar o debate em relação aos formatos de política pública, mesmo porque já existe um grande acúmulo dos movimentos populares e de organizações que debatem a mídia. Com isso, já poderíamos ter feito dez revoluções no campo da democratização da comunicação”, afirmou Rafael, retomando as experiências de debates, fóruns nacionais e do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, construído em coletivamente e que busca apoio popular desde 2013.

Este é o momento, segundo ele, de construir uma resistência coletiva, ir para

ação direta e conseguir fazer com que o golpe, mesmo que se consolide institucionalmente, não passe batido no imaginário da população. “O Brasil é um dos países que mais tem a mídia concentrada do planeta, mas ao mesmo tempo também temos uma rede de coletivos e de produtores de contra narrativas que quase não existe em outros lugares do mundo”, avalia.

Rafael também recorreu à realização da Olimpíada para dizer que, cada vez mais, cidadãos estão engajados em produzir uma comunicação própria e não deixar que prevaleça a dos grandes meios de comunicação. “Não teríamos a capacidade de cobrir o que está acontecendo no Brasil se não fosse essa narrativa que está dissolvida”.

Circo da Democracia

O Circo da Democracia reuniu, entre os dias 5 e 10 de agosto, artistas, professores, jornalistas, políticos, publicitários, juristas, estudantes e toda a sociedade para falar de temas como educação, política, justiça, economia, arte/cultura e comunicação. Foi organizado pelo grupo Advogados pela Democracia, com o apoio de mais de 50 entidades. Seu principal objetivo foi levantar um debate acerca das consequências e desdobramentos de um impeachment presidencial para o país.

Acesse no site de origem: [Circo da Democracia debate democracia e comunicação \(15/08/2016\)](#)

Conselho Curador adverte diretoria da EBC por mudanças nas grades dos veículos

(EBC, 11/07/2016) O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) aprovou, durante sua 62ª Reunião Ordinária realizada no último dia 07, uma série de resoluções e recomendações para a diretoria da EBC. O

colegiado notificará a empresa com uma advertência pelo não cumprimento da [Resolução Nº 01/2016](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Conselho no caso de alteração das grades da TV Brasil e das rádios Nacional e MEC.

No último semestre, a programação das emissoras foi substancialmente alterada, com a retirada de programas da faixa reflexiva e inclusão de transmissões esportivas sem o conhecimento dos conselheiros e conselheiras. Todos os diretores que estiveram na empresa entre janeiro e julho deste ano foram considerados responsáveis pelas mudanças indevidas.

Durante a reunião, o colegiado também emitiu recomendação com diretrizes iniciais para alterações na grade da TV Brasil, a partir de proposta apresentada pela diretoria em função da recente desorganização da grade. O documento pede, entre outros pontos, a manutenção das proporções de conteúdo aprovadas no Plano de Trabalho da empresa para 2016 e da lógica baseada em faixas etárias na programação, além do aumento de programas que tragam a presença de negros e indígenas para a tela. Um pedido de informações sobre a estratégia da empresa para a faixa de programação infantil será encaminhado para a diretoria.



Conselho emite advertência à diretoria da EBC (Foto: Magno Romero/EBC)

A proposta de grade, que também precisa ser submetida ao Comitê de Programação e Rede da EBC, ainda deve passar pela Câmara Temática de Programação e Plataformas do Conselho, onde os questionamentos levantados pelo pleno serão sanados antes de sua aprovação final.

“Nossa preocupação na construção dessa grade é reestabelecer pontos de honra aprovados por este Conselho. Por isso, achamos importante a recuperação da faixa de reflexão, que voltaria com alterações de programas, nomes e formatos, sem os profissionais que apresentavam, porque estão com seus contratos suspensos”, explicou Albino Freaza, gerente-executivo de programação de TV.



EBC apresentou proposta de nova grade da TV Brasil (Foto: Magno Romero/EBC)

Na visão da conselheira Rosane Bertotti, é muito importante que mudanças na programação levem em conta as necessidades da Rede Nacional de Comunicação Pública. “Essa mudança de grade está sendo dialogada com as emissoras parceiras? Para a TV Brasil, que não chega em todos os municípios do país, a transmissão de rede é um espaço fundamental”, questionou.

Rádios

Motivados pela apresentação do relatório da Ouvidoria da EBC referente ao mês de junho, os conselheiros e conselheiras discutiram também a programação das rádios MEC e Nacional. “A programação das rádios recebeu muitas reclamações nesse período. A transmissão dos programas regulares foi cortada no facão, sem explicações, para um pronunciamento oficial sem nenhuma relevância jornalística, com todas as rádios públicas retransmitindo”, relatou a ouvidora-geral, Joseti Marques.

O colegiado concordou com as críticas da ouvidora e pediu que as propostas de alterações das grades das rádios e possíveis mudanças editoriais fossem

encaminhadas para discussão do Grupo de Trabalho de Rádio do Conselho, seguindo o procedimento que será adotado pela equipe da TV Brasil.

A conselheira Akemi Nitahara questionou como serão compostas as grades das emissoras uma vez que uma série de programas têm contratos válidos até o fim deste ano, como *Ecos da Terra*, *Puxa o Fole*, *Bossa Moderna*, *Zoa Som* e *Criolina*. Ela lembrou ainda que a Ouvidoria tem relatado condutas inapropriadas de apresentadores e narradores de outros programas, falta de atualização dos radiojornais, entre outros aspectos preocupantes na programação das rádios.

“O rádio pode muito bem aproveitar esses relatórios da Ouvidoria porque aqui já tem bastante sugestão sobre como aprimorar a grade”, sugeriu Akemi, que defendeu a renovação de contratos de programas como o *Ecos da Terra*, que trata de questões como direitos das mulheres e meio ambiente. O conselheiro Enderson Araújo cobrou, ainda, a renovação do contrato do programa *Ação Periferia*, que não ocorreu até agora, apesar de constar no Plano de Trabalho para este ano e ter importante papel na difusão da cultura hip hop.



Relatório da Ouvidoria apontou problemas na programação do rádio (Foto: Magno Romero/EBC)

Coberturas jornalísticas

Durante a reunião, o Conselho discutiu a cobertura jornalística da EBC para o processo de impeachment, Olimpíadas, Paralimpíadas e eleições municipais. O colegiado cobrou da Diretoria de Jornalismo da empresa, após apresentação do planejamento geral para os eventos, a entrega dos planos de cobertura de cada um deles.

O novo diretor de jornalismo da EBC, Lourival Macedo, afirmou que, por causa do momento delicado que o país vive, a empresa irá se concentrar em coberturas factuais. “Não damos destaque político nas coberturas. Se um tema está muito politizado, não queremos colocar lenha na fogueira. (...) A gente não pesa de um lado nem de outro”, disse.



O novo diretor de jornalismo, Lourival Macedo (Foto: Magno Romero/EBC)

A presidenta do Conselho, Rita Freire, defendeu, porém, a necessidade de se trazer diferentes visões de mundo para o debate qualificado nos veículos da

EBC sem, com isso, tomar posições. “Nesses planos a serem encaminhados para nossa Câmara de Jornalismo, esperamos ver como vai se dar a pluralidade de vozes dentro das coberturas. É mais isento a gente trabalhar com a ideia de diversidade no jornalismo”.

Os conselheiros reafirmaram a diferença da abordagem jornalística que a comunicação pública deve dar aos fatos em contraposição à comunicação estatal. Nesse sentido, foi aprovada uma resolução determinando que a produção, pauta, equipes e equipamentos destinados à prestação de serviços dentro da EBC devem ser distintas dos demais veículos a fim de evitar prejuízos à missão pública da empresa.

O colegiado deliberou também que a EBC não se omita na cobertura de pautas relacionadas à comunicação, em especial, à própria comunicação pública. “A mídia privada não discute a mídia e isso é uma das principais diferenças dos veículos públicos no Brasil. Não podemos fingir que esse debate não está acontecendo, mas devemos fazê-lo ouvindo todos os lados”, afirmou o conselheiro Venício Lima.

Ainda sobre o jornalismo da empresa, o Conselho aprovou outra resolução, reforçando um pedido já feito pelo pleno, para que fosse dada prioridade à questões de interesse da população indígena. “A gente quer a EBC fazendo o registro de eventos indígenas, queremos que o jornalismo reflita o que estamos pensando para o desenvolvimento desse país”, cobrou a conselheira Matsá Yawanawá.



Conselheiros pedem mais diversidade de vozes no jornalismo da EBC (Foto: Magno Romero/EBC)

Programas religiosos

Durante a reunião, a Ouvidoria da EBC também ressaltou em seu relatório problemas no programa religioso *Reencontro*, veiculado na TV Brasil. Segundo a ouvidora, os produtores estão fazendo propaganda eleitoral para candidatos às eleições municipais no Rio de Janeiro durante a programação. O Conselho aprovou, então, outra resolução que determina à diretoria da EBC medidas cabíveis para evitar que conteúdos políticos, partidários e eleitorais continuem a ser veiculados em programas religiosos nas emissoras de rádio e TV, em descumprimento da Lei de criação da empresa e da legislação eleitoral.

Agenda

O pleno aprovou, após proposta do conselheiro Enderson Araújo, prorrogação do prazo para recebimento de inscrições de entidades e indicação de postulantes referentes ao edital de consulta pública nº 02/2016, que escolherá cinco membros para o colegiado. O novo prazo, dia 20 de agosto,

deve ser ainda publicado no Diário Oficial da União.

O Conselho definiu, por fim, que realizará uma audiência pública, cujo tema será o futuro da comunicação pública, no dia 1º de setembro e na manhã seguinte, 02, se reunirá para sua 63ª Reunião Ordinária. Antes disso, no dia 08 de agosto, o colegiado participa, em Brasília, de um seminário para discutir a missão e o futuro da EBC, promovido pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que na sua última reunião aprovou [nota em defesa do caráter público da EBC](#).

Acesse no site de origem: [Conselho Curador adverte diretoria da EBC por mudanças nas grades dos veículos \(EBC, 11/07/2016\)](#)

Débora Duprat, procuradora Federal, manifesta apoio à EBC: “Se vocês não tivessem me procurado, eu teria procurados vocês”

(EBC, 06/07/2016) O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) se reuniu hoje com a procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Débora Duprat, para pedir o apoio do Ministério Público à questões como o financiamento e a autonomia da empresa. “Se vocês não tivessem me procurado, eu teria procurado vocês porque esse é um assunto que me interessa muito: manter o ganho social e de pluralidade que a EBC representa”, afirmou a procuradora.



Débora Duprat recebe Conselho Curador da EBC (Foto: Secretaria do Conselho Curador da EBC)

Na visão de Duprat, não pode haver retrocesso na garantia do cumprimento da Constituição Federal, que prevê a complementariedade dos sistemas de comunicação, e, por isso, a EBC deve ser preservada no modelo em que foi criada, com sua vocação pública.

As conselheiras Rita Freire, Evelin Maciel, Rosane Bertotti, Matsá Yawanawá e o conselheiro Isaías Dias, presentes no encontro, falaram sobre a importância da comunicação pública para os segmentos que representam, a participação social dentro da empresa e os desafios para uma separação efetiva entre os serviços públicos e estatais de radiodifusão.

“Ao contrário do enorme deficit que vem sendo divulgado, a EBC tem recursos travados na Justiça e contingenciados pelo governo. Esse dinheiro se faz necessário para a melhoria da infraestrutura, para produção de conteúdo independente e para garantia da acessibilidade”, enumerou Rita Freire.

A pedido de Duprat, o Conselho vai encaminhar documentos e informações

sobre a EBC e o próprio colegiado para que a procuradoria estude de que forma pode atuar na garantia dos recursos da empresa e outras frentes.

Priscila Crispi

Acesse no site de origem: [*Débora Duprat, procuradora Federal, manifesta apoio à EBC: “Se vocês não tivessem me procurado, eu teria procurados vocês” \(EBC, 06/07/2016\)*](#)